

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udl?uri=TED:NOTICE:308003-2013:TEXT:PT:HTML>

**Bélgica-Bruxelas: Convite à manifestação de interesse EACEA/2013/01 relativo ao estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura no âmbito da gestão de programas da União Europeia 2013/S 179-308003**

**Convite à manifestação de interesse**

**Convite à manifestação de interesse EACEA/2013/01 relativo ao estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura no âmbito da gestão de programas da União Europeia no domínio da educação, audiovisual, cultura, juventude, desporto, voluntários de ajuda da UE e cidadania ou quaisquer outros programas delegados à Agência**

**1. Introdução:**

A Comissão Europeia (adiante designada «a Comissão») criou a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA — adiante designada «a Agência») para a gestão de ações da União Europeia nos domínios da educação, audiovisual e cultura [em aplicação do Regulamento (CE) n.º 58/2003 do Conselho (Jornal Oficial L 11 de 16.1.2003)]. A sua missão consiste em implementar, sob o controlo da Comissão, um determinado número de vertentes e ações do programa financiadas pela União Europeia nos domínios da educação e formação, cidadania, juventude, desporto, voluntários de ajuda da UE, audiovisual e cultura, bem como a rede de informação em matéria de educação na Europa, Eurydice, ou quaisquer outros programas delegados à Agência.

A Agência é responsável pelos principais aspetos relacionados com a gestão das vertentes do programa pelas quais é responsável, incluindo a elaboração de convites à apresentação de propostas, seleção de projetos e assinatura de acordos de subvenção, gestão financeira, monitorização de projetos, contactos com beneficiários e verificações no local.

A Agência também contrata serviços, através de concursos públicos, em domínios relevantes para os programas geridos pela Agência.

A Agência possui a sua identidade jurídica própria e encontra-se sediada em Bruxelas.

**2. Entidade adjudicante:**

Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, avenue du Bourget 1, 1140Bruxelas, BÉLGICA. Endereço eletrónico: [eacea-info@ec.europa.eu](mailto:eacea-info@ec.europa.eu)

A base jurídica para os programas e informações relativas à sua implementação encontram-se disponíveis no seguinte sítio Web:

<http://eacea.ec.europa.eu>

O presente convite à manifestação de interesse é gerido pela Agência. Os peritos selecionados no âmbito do presente concurso poderão ainda ter de prestar assistência às Direções-Gerais de tutela da Agência (no momento de publicação do presente concurso, as Direções-Gerais de tutela são a DG EAC — Educação e Cultura; DG COMM — Comunicação; e DG DEVCO — Desenvolvimento e Cooperação — EuropeAid) no âmbito das suas atividades (coordenação geral de políticas e programas, comunicação, gestão de vertentes pelas quais a Agência não é responsável), bem como outros serviços da Comissão e instituições da UE.

**3. Procedimento de registo:**

O objetivo do presente convite à manifestação de interesse consiste em estabelecer uma lista de peritos externos.

As manifestações de interesse devem ser apresentadas numa das línguas oficiais da União Europeia através do formulário em linha disponível através do sítio Web da Agência:

<http://eacea.ec.europa.eu>

Os candidatos devem apresentar as suas candidaturas de acordo com as instruções fornecidas no sítio Web da Agência supramencionado.

Juntamente com o seu formulário de candidatura, os candidatos devem apresentar provas de que possuem as competências e a experiência profissional necessárias relativamente aos objetivos do(s) programa(s) para o(s) qual (quais) se candidata(m), conforme especificado no ponto 11 infra.

A inclusão na lista não vincula a entidade adjudicante a celebrar os contratos.

4. **Informações e documentos a fornecer:**

As partes interessadas devem fornecer os seus dados de contacto completos e indicar os domínios específicos referidos no ponto 7 em que estão interessadas na respetiva manifestação de interesse.

Os documentos comprovativos que devem ser apresentados para a avaliação dos critérios de seleção encontram-se indicados no ponto 11.

5. **Descrição geral do procedimento:**

As pessoas singulares são convidadas a apresentar uma manifestação de interesse em conformidade com as normas estabelecidas no presente anúncio.

A entidade adjudicante inscreverá na lista os candidatos que preenchem os critérios indicados no ponto 11.

Sempre que uma tarefa específica relacionada com os domínios descritos no ponto 7 deva ser efetuada por um perito externo, a entidade adjudicante deve designar peritos para a tarefa com base nas competências, experiência e conhecimentos necessários e em conformidade com os princípios de igualdade de tratamento, não discriminação e ausência de conflito de interesses.

A entidade adjudicante garantirá igualmente que a seleção dos painéis de peritos seja realizada de forma equilibrada com uma rotação adequada dos peritos. Terá igualmente em conta a origem geográfica, as competências linguísticas e o perfil profissional dos candidatos. Respeitando o princípio da escolha dos peritos mais qualificados, a entidade adjudicante procurará obter uma participação equilibrada entre mulheres e homens.

6. **Utilização da lista resultante do presente anúncio:**

A lista resultante do presente anúncio será utilizada exclusivamente para tarefas que deverão ser realizadas no âmbito dos domínios descritos no ponto 7, com um limite máximo de 130 000 EUR (montante máximo por perito durante toda a vigência do convite à manifestação de interesse. Esta regra aplica-se apenas a pagamentos realizados no seguimento das notas de encomenda emitidas pela Agência) do total de pagamentos (incluindo remunerações e reembolsos).

7. **Descrição completa dos domínios abrangidos pelo presente convite à manifestação de interesse:**

A entidade adjudicante lança o presente convite à manifestação de interesse para o estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a execução das seguintes tarefas:

a) Avaliação de propostas recebidas em resposta aos convites à apresentação de propostas:

i. avaliação de propostas;

ii. apoio a um grupo de peritos e contribuição para a garantia da qualidade como perito principal.

b) Avaliação e monitorização de projetos:

i. avaliação de relatórios de projetos;

ii. avaliação de resultados e produtos do projeto;

iii. monitorização do projeto e visitas ao local;

iv. quaisquer outras tarefas relacionadas com a análise e/ou monitorização de programas e projetos.

c) Estudos específicos e análises relacionadas com os domínios de atividade.

d) Tradução ou edição de documentos nas línguas requeridas.

e) Apoio à Agência durante eventos públicos.

f) Quaisquer outras tarefas relacionadas com os programas geridos pela Agência.

A entidade adjudicante pode necessitar de especialização externa para as tarefas supramencionadas nos seguintes domínios de especialização:

1. Erasmus +:

- 1.1. ensino para adultos;
- 1.2. ensino superior;
- 1.3. ensino e formação profissional;
- 1.4. ensino escolar;
- 1.5. TIC para aprendizagem;
- 1.6. formação linguística e aprendizagem, multilinguismo;
- 1.7. divulgação de resultados e prática;
- 1.8. exploração de resultados;
- 1.9. apoio à reforma política;
- 1.10. atividades Jean Monnet;
- 1.11. juventude;
- 1.12. desporto.

2. Europa para os cidadãos:

- 2.1. história do século XX;
- 2.2. sociologia, valores e cidadania;
- 2.3. economia social e solidariedade;
- 2.4. ciência política;
- 2.5. aspetos sociais e éticos.

3. Europa criativa:

- 3.1. meios de comunicação:
  - 3.1.1. apoio ao desenvolvimento cinematográfico;
  - 3.1.2. apoio ao desenvolvimento de jogos de vídeo;
  - 3.1.3. apoio à programação televisiva;
  - 3.1.4. apoio ao acesso ao mercado;
  - 3.1.5. apoio a festivais;
  - 3.1.6. apoio em matéria de formação/reforço de capacidades;
  - 3.1.7. apoio à distribuição nas salas de cinema;
  - 3.1.8. apoio à distribuição em linha;
  - 3.1.9. apoio aos projetos-piloto;
  - 3.1.10. apoio à cultura cinematográfica.
- 3.2. Cultura:
  - 3.2.1. projetos de cooperação;
  - 3.2.2. tradução literária;
  - 3.2.3. redes;
  - 3.2.4. plataformas;
  - 3.2.5. apoio aos projetos-piloto.

4. Voluntários de ajuda da UE.

8. **Local de entrega:**

Conforme solicitado, as tarefas poderão ser realizadas nas instalações da entidade adjudicante, em qualquer outra instalação onde decorrerá um evento organizado pela entidade adjudicante ou remotamente, através de ferramentas de comunicação eletrónica.

9. **Prazo de validade da lista resultante do presente convite à manifestação de interesse:**

A lista resultante do presente anúncio é válida durante a vigência dos programas geridos pela Agência, ou seja, até 31.12.2020.

As partes interessadas podem apresentar uma candidatura, em qualquer altura, antes dos 3 últimos meses do período de validade da lista.

10. **Critérios de exclusão:**

São excluídos da participação no presente convite os candidatos que:

- a) Se encontrem em situação de falência ou sejam objeto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de atividade, ou estejam sujeitos a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- b) Eles próprios, ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, tenham sido condenados por sentença transitada em julgado, proferida por uma autoridade competente de um Estado-Membro, por delitos que afetem a sua honorabilidade profissional;
- c) Tenham cometido faltas graves em matéria profissional, comprovadas por meios que as entidades adjudicantes possam justificar, inclusive por decisões do BEI e de organizações internacionais;
- d) Não tenham respeitado as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontram estabelecidos, do país da entidade adjudicante ou do país em que o contrato deva ser executado;
- e) Eles próprios, ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, tenham sido condenados por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal que prejudique os interesses financeiros da União;
- f) Estejam sujeitos a uma sanção administrativa por serem culpados de falsas declarações aquando do fornecimento das informações requeridas pela entidade adjudicante, como condição de participação no processo de concurso, ou pela falta do fornecimento destas informações ou por terem sido declarados como tendo cometido uma falta grave, no que respeita ao cumprimento das suas obrigações no âmbito de contratos abrangidos pelo orçamento;
- g) Se encontram em situação de conflito de interesses para efeitos do contrato; um conflito de interesses poderá resultar, nomeadamente, de razões de interesse económico, afinidade política ou nacional, familiar ou afetiva ou qualquer outra afinidade ou comunhão de interesses.

Antes da assinatura de um contrato, os peritos devem apresentar uma declaração de honra que ateste que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão supramencionadas. Em caso de dúvida, poderão ter de apresentar comprovativos da não exclusão.

11. **Critérios de seleção:**

Os peritos serão selecionados com base na sua capacidade profissional e técnica para executar as tarefas descritas no presente convite de acordo com os seguintes critérios:

- pelo menos 4 anos de experiência no domínio de especialização abrangido pela missão específica,
- capacidade para trabalhar em inglês e/ou francês e/ou alemão (no mínimo, nível B2 para a primeira língua e no mínimo B1 para as outras línguas) (tipo de currículo Europass: <http://europass.cedefop.europa.eu/en/documents/european-skills-passport/language-passport/templates-instructions>).

Todas as competências e experiência requeridas supra serão avaliadas com base na informação apresentada pelos candidatos nos respetivos currículos em linha que fazem parte da sua candidatura.

A capacidade de utilizar ferramentas informáticas constitui um pré-requisito para a seleção como perito externo.

**12. Condições de remuneração e reembolso de peritos:**

Os contratos devem ser assinados pelos peritos selecionados, ou seja, pessoas singulares. Não serão aceites faturas de entidades públicas ou privadas.

**12.1. Honorários:**

O perito selecionado receberá pelos seus serviços prestados no quadro do presente convite à manifestação de interesse os valores que se seguem:

[http://eacea.ec.europa.eu/about/call\\_experts/documents/experts-fees.xlsx](http://eacea.ec.europa.eu/about/call_experts/documents/experts-fees.xlsx)

Um dia de trabalho é considerado como 1 dia de trabalho do perito selecionado, sendo que o horário de trabalho normal para 1 dia deve respeitar as leis e os regulamentos em vigor no país onde os serviços serão prestados. As horas trabalhadas para além do horário de trabalho normal diário não serão pagas. As taxas acima indicadas devem abranger os custos salariais e todos os restantes custos, como os de segurança social, os administrativos e os encargos gerais.

**12.2. Reembolso das despesas de viagem e alojamento:**

Se necessário para a execução das tarefas e desde que previsto no contrato, o perito selecionado receberá um reembolso das suas despesas de viagem e alojamento, de acordo com as normas e taxas aplicáveis pela Comissão Europeia indicadas no projeto de nota de encomenda e com base nos documentos comprovativos originais (por exemplo, faturas). No caso de reservas em linha, é necessária a impressão da reserva eletrónica. Os documentos fornecidos devem indicar a classe de viagem utilizada, o tempo de viagem e o montante pago.

**13. Outras informações:**

**13.1. Termos e condições gerais aplicáveis ao convite à manifestação de interesse:**

Todos os documentos apresentados por peritos tornam-se propriedade da entidade adjudicante e serão considerados confidenciais. As despesas relativas à preparação e apresentação das candidaturas não serão reembolsadas pela entidade adjudicante.

Os direitos referentes aos serviços concluídos no âmbito do contrato e os referentes à respetiva duplicação e publicação permanecerão propriedade da União Europeia.

Qualquer documento baseado, total ou parcialmente, no trabalho concluído no âmbito do presente contrato só poderá ser transmitido ou publicado com a autorização da entidade adjudicante.

A apresentação de uma candidatura em resposta ao presente convite à manifestação de interesse implica a aceitação, por parte do perito, de todas as disposições e condições estipuladas no presente convite à manifestação de interesse e de todos os termos incluídos no projeto de contrato. Os peritos renunciarão aos seus próprios termos de negócio.

**13.2. Tratamento de dados pessoais:**

No caso do processamento de respostas ao presente convite à manifestação de interesse envolver o registo e processamento de dados pessoais (tais como: nome, endereço e currículo), estes dados serão processados nos termos do Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Salvo indicação em contrário, as respostas ao presente anúncio e quaisquer dados pessoais solicitados são necessários para os fins indicados supra no ponto 5 e serão processados apenas para os devidos efeitos pela entidade adjudicante indicada no ponto 2, que age também na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.

Os candidatos são informados que, para fins de salvaguarda dos interesses financeiros da União, os seus dados pessoais poderão ser enviados para as autoridades de supervisão da Agência [ou seja, Comissão Europeia, Tribunal de Contas, Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), etc.] e as autoridades judiciais (ou seja, tribunais da UE, Provedor de Justiça Europeu, etc.).

Os dados pessoais (nome, nome próprio no caso de pessoas singulares, endereço, forma jurídica, número de registo e nome e nome próprio das pessoas com poderes de representação, tomada de decisões ou controlo, no caso de pessoas coletivas) poderão ser registados no sistema de alerta rápido apenas ou no sistema de alerta rápido e na base de dados central sobre as exclusões pelo contabilista da Comissão Europeia, caso os candidatos se encontrem numa das situações mencionadas:

— na Decisão da Comissão n.º 2008/969, de 16.12.2008, relativa ao sistema de alerta rápido (para mais informações ver a declaração de privacidade em: [http://ec.europa.eu/budget/contracts\\_grants/info\\_contracts/legal\\_entities/legal\\_entities\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/budget/contracts_grants/info_contracts/legal_entities/legal_entities_en.cfm)),

ou

— no Regulamento (CE, Euratom) n.º 2008/1302 da Comissão, de 17.12.2008, relativo à base de dados central sobre as exclusões (para mais informações ver a declaração de privacidade em: [http://ec.europa.eu/budget/explained/management/protecting/protect\\_en.cfm#BDCE](http://ec.europa.eu/budget/explained/management/protecting/protect_en.cfm#BDCE)).

Tal como descrito na declaração de privacidade supramencionada, todas as partes inseridas na base de dados têm o direito de aceder e corrigir os dados que lhes dizem respeito, mediante pedido do contabilista da Comissão Europeia.

#### 13.3. Conflito de interesses:

Com vista a garantir a independência de peritos na execução das tarefas que lhes foram designadas, estes deverão assinar uma declaração em que certificam que não existem conflitos de interesses entre as atividades, propostas, relatórios, ficheiros, produtos e/ou resultados que lhes serão confiados e as suas atividades passadas, presentes ou futuras.

Por conseguinte, os peritos não podem participar pessoalmente nas atividades, propostas ou projetos a que as tarefas que lhes serão confiadas dizem respeito. Por este motivo, os peritos selecionados devem apresentar a informação referida antes de serem convidados a participar em qualquer trabalho de seleção ou avaliação.

#### 13.4. Código de conduta:

O perito deverá executar o contrato de acordo com os padrões profissionais mais elevados. O perito terá a responsabilidade exclusiva pelo cumprimento de todas as suas obrigações jurídicas, designadamente as decorrentes do direito laboral, do direito fiscal e da legislação social.

O perito deve informar os terceiros de que não pertencem ao serviço público europeu (não fazem parte do pessoal uma vez que estão abrangidos por um contrato de serviços e não por um contrato de trabalho), não lhes foram confiadas quaisquer tarefas, filiações ou mandatos delegados, mas que exercem tarefas em nome da União Europeia.

#### 13.5. Confidencialidade:

Para cada tarefa executada, os peritos selecionados devem demonstrar uma conduta ética apropriada e devem respeitar a confidencialidade da informação e dos documentos aos quais terão acesso.

Serão incluídas no contrato cláusulas específicas para esse efeito. Este acordo de confidencialidade compromete o perito a não partilhar com quaisquer terceiros, excetuando o pessoal da entidade adjudicante diretamente envolvido, as informações obtidas ou produzidas por si no contexto da execução da(s) tarefa(s).

#### 13.6. Transparência ex post:

As informações relativas aos contratantes que tenham celebrado um contrato com um valor anual superior a 15 000 EUR adjudicado no seguimento do procedimento disposto no ponto 5 serão publicadas no sítio Web da entidade adjudicante o mais tardar até 30 de junho do ano posterior à adjudicação do contrato.

Estas informações incluirão nome, localidade (endereço para pessoas coletivas e região de origem para pessoas singulares), montantes, e objeto do contrato. Para pessoas singulares, a informação será removida 2 anos após o ano da adjudicação do contrato.

14. **Data de envio do anúncio:**

3.9.2013.

15. **Data de receção pelo Serviço das Publicações:**

3.9.2013.